

# Lei Ordinária nº 610/1977

### Dá nova estrutura administrativa à Prefeitura.

O Prefeito Municipal de Camapuã: Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Publicada em 14 de março de 1977

### TÍTULO I

# DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º. -** A Prefeitura adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físicoterritorial, econômico, social e cultural da comunidade.

# Parágrafo único. -

Este Planejamento compreenderá:

Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado;

Plano Plurianual de Investimentos:

Plano Anual de Trabalhos.

- **Art. 2º. -** Serão objeto de permanente coordenação as atividades da Administração, especialmente a execução de planos e programas de Governo.
- **Art. 3º. -** Sempre que possível a Prefeitura recorrerá para a execução de obras e serviços mediante contrato, concessão, permissão ou convênio.
- **Art. 4º.** Os serviços municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando à modernização e racionalização dos métodos de trabalho.
- **Art. 5º. -** Para a execução dos seus programas, a Prefeitura utilizar-se-á dos recursos colocados à sua disposição por entidades públicas e privadas.
- Art. 6º. A Administração Municipal promoverá a integração comunitária, através de órgãos coletivos.
- **Art. 7º. -** A Prefeitura procurará elevar a produtividade dos seus servidores, através da seleção criteriosa de novos servidores e do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores.
- **Art. 8º. -** A Prefeitura estabelecerá o critério de prioridade na elaboração e execução dos seus programas, segundo a necessidade da obra ou serviço.

#### **TÍTULO II** DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 9º. - A organização administrativa da Prefeitura é constituída dos seguintes órgãos:

Órgãos de assessoria direta do gabinete do Prefeito;

Órgãos de execução administrativa;

Órgãos de administração financeira;

Órgãos de administração específica.

#### Art. 10 -

O Gabinete do Prefeito é o órgão de direção e coordenação Político-Administrativa, cabendo-lhe a responsabilidade de todas as decisões, tomadas diretamente.

- **Art. 11 -** A Secretaria de Administração é órgão que tem por finalidade exercer as atividades de coordenação político-administrativa da Prefeitura, com os Municípios e entidades e associações classistas.
- **Art. 12 -** A Secretaria de Finanças é órgão encarregado da execução da política financeira do Município e das atividades relativas ao cadastro, lançamento dos tributos e fiscalização de rendas.
- **Art. 13 -** O Serviço de Educação e Cultura é a unidade administrativa encarregada de promover o levantamento dos problemas relacionados à educação de 1º grau e colaborar com a de 2º grau.
- **Art. 14 -** O Serviço de Saúde e Promoção Social é órgão encarregado de promover o levantamento dos problemas de saúde, a fim de identificar as causas e combater as doenças; executar programas de assistência social à população carente.
- **Art. 15 -** O Serviço de Estradas Municipais é o responsável pela elaboração do Plano Viário Municipal, pela demarcação, abertura e terraplanagem das novas estradas.

## TÍTULO III DA DELEGAÇÃO DE PODERES E LINHAS DE AUTORIDADES

- **Art. 16 -** O Prefeito, os Secretários e autoridades de igual nível de hierarquia, bem como os dirigentes de órgãos da Administração descentralizada, permanecerão livres de funções meramente executórias.
- **Art. 17 -** O encaminhamento de processos e outros papéis às autoridades mencionadas anteriormente, ou ainda a evocação de qualquer caso pelas mesmas, dar-se-á quando o assunto relacionar-se com ato praticado pessoalmente pelas respectivas autoridades.
- **Art. 18 -** Com a finalidade de reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, orientação e controle deverão ser observados os princípios de que todo assunto deverá ser decidido no nível hierárquico mais baixo possível, as chefias situadas na base da organização deverão receber a maior soma possível de competências.

# **TÍTULO IV** DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

- **Art. 19 -** São criados dois cargos de Secretários, quatro de Administradores e um de Oficial do Gabinete do Prefeito.
- Art. 20 São criados cinco cargos de Chefes de Serviços em Comissão, de livre escolha do Prefeito.

- Art. 21 São criadas doze Funções Gratificadas de Chefes de Setores.
- **Art. 22 -** São criados os padrões de vencimentos A, B e C, as referências de I a XII e os cargos com quantidades fixadas.
- Art. 23 Os benefícios desta Lei são extensivos ao pessoal efetivo, estável, contratado e inativo.

### **TÍTULO V** DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 24 -** O enquadramento do pessoal existente na Prefeitura dentro dos novos critérios estabelecidos nesta Lei, será feito por Decreto do Executivo.
- **Art. 25 -** Os órgãos componentes do sistema administrativo serão instalados pela chefia do Executivo Municipal.
- **Art. 26 -** No prazo de 30 dias depois de publicada esta Lei, o Prefeito baixará por Decreto Executivo, o Regimento Interno dos Serviços da Prefeitura, constando a atribuição de cada um.
- **Art. 27 -** É indelegável a competência decisória do Prefeito quando a autorização prévia de qualquer despesa acima de Cr\$ 500,00, nomeação, admissão ou demissão do servidor, concessão e cassação de aposentadoria e decretação de prisão preventiva.
- **Art. 28 -** É instituído o programa de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores e funcionários municipais, cabendo à Secretaria de Administração promover os cursos e estágios especiais.
- **Art. 29 -** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias específicas para pessoal.
- Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 14 de março de 1977.

Joaquim Faustino Rosa

**Prefeito Municipal**